

Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE

O ENSINO MÉDIO E A FILOSOFIA: ENTRE A REFLEXÃO E A TRADIÇÃO

Geraldo Adriano Emery Pereira*

Resumo: O texto apresenta um série de provocações diante da situação de obrigatoriedade do ensino de filosofia no nível médio da educação brasileira. A grande questão levantada é sobre a própria identidade da filosofia e do filosofar no ensino médio. A tensão entre a reflexão viva da filosofia e a tradição fica expressa na conturbada construção do lugar da filosofia no ensino médio brasileiro.

Palavras-chaves: Filosofia, tradição, reflexão, ensino médio.

Resumen: El texto presenta una serie de provocaciones en la situación de la enseñanza obligatoria de la filosofía en nivel medio de la educación brasileña. La gran pregunta que se plantea es acerca de la identidad de la filosofía y del filosofar en la escuela secundaria. La tensión entre la viva reflexión de la filosofía y la tradición se expresa en la turbada construcción del lugar de la filosofía en la escuela secundaria en Brasil.

Palabras clave: filosofía, tradición, reflexión, enseñanza media.

Primeiras palavras

A filosofia, tem se servido da rememoração como uma forma profícua para ora construir, ora desconstruir o edifício da reflexão. Contudo, a nova realidade, que implica na presença do ensino de filosofia em todas as séries do ensino médio, provoca o filósofo de hoje a pensar ou repensar o seu ofício. Será possível mesmo ensinar filosofia no ensino médio? A desconstrução da linguagem rigorosa, a ameaça da banalização e do senso comum são obstáculos a serem superados no ensino de filosofia. Em uma perspectiva filosófica será possível exercitar o fluxo do pensamento rigoroso sem o amparo da “tradição”? Como fazer a experiência do pensamento rigoroso no ambiente do ensino médio? Tal como no mito da caverna parece haver uma “obrigação moral” do filósofo para descer das alturas ao fundo da caverna, mas será possível fixar um diálogo? Esta investigação é mais uma provocação surgida do desafio de ensinar filosofia no ensino médio, pois contrariamente à comemoração de muitos tal determinação estatal pode vir a ser

* Professor de Filosofia do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Viçosa-MG-Brasil. Mestre em Filosofia social e política pela UFMG. E-mail: geraldo.emery@ufv.br/geralemery@hotmail.com

PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. O Ensino médio e a Filosofia: Entre a reflexão e a tradição. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 16: maio-out/2011, p. 61-70.

muito mais uma experiência de constrangimento que de emancipação. Será possível mesmo celebrarmos na escola média as luzes do “sapere aude”?

Uma provocação

O texto que agora se apresenta é a exposição de uma experiência de dúvida e inquietação diante da nova situação imposta à filosofia, qual seja, ser uma disciplina obrigatória em todas as séries do ensino médio. O fato é que esta nova situação exacerba uma série de questões e dilemas já experimentados pelos professores de filosofia que já atuavam em algumas séries do ensino médio e no ensino superior em cursos diversos do de filosofia.

A constatação que será exposta é a pura ampliação da dúvida, do dilema, do conflito existencial que essa situação nos causa. Se pensarmos radicalmente perceberemos que esta nova situação coloca a filosofia muito mais numa condição de risco do que a promove. Certamente com isso um grande e novo mercado se abriu aos professores de filosofia, mas o que fazer com isso? Será possível continuarmos a sermos “filósofos” diante desta massificação da filosofia?

Assim, a filosofia, tem se servido da rememoração como uma forma profícua para ora construir, ora desconstruir o edifício da reflexão. Contudo, a nova realidade, que implica na presença do ensino de filosofia em todas as séries do ensino médio, provoca o filósofo de hoje a pensar ou repensar o seu ofício. Será possível mesmo ensinar filosofia no ensino médio?

Esta é a provocação que move essa “pesquisa” e certamente o que aqui se propõe pensar. A nova realidade trazida pela Lei 11.684/08, que alterou o artigo 36 da Lei 9.394/96 assim dispõe: “*Serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio*”.

A inserção da filosofia no ensino médio já era uma reivindicação, principalmente para se articular um lugar no mercado de trabalho para os licenciados. Contudo, não se quer questionar a validade ou não desta conquista, mas o que esta possibilidade exige de quem se propõe ser professor de filosofia.

Essas dificuldades, aliadas às de colocação dos licenciandos das ciências humanas no mercado de trabalho, resultaram em fortes pressões de entidades docentes que levaram o Conselho Nacional de Educação, em 7/7/2006, a aprovar a

inclusão obrigatória das disciplinas filosofia e sociologia no ensino médio, o que foi ratificado por lei federal em 2008, a qual determina que elas sejam ministradas em todas as séries desse nível de ensino (GATTI, 2009, p.78).

Com toda razão é louvável e motivo de comemoração para a comunidade filosófica a chegada desta determinação legal resultante de uma conquista de classe. Contudo, esta nova realidade que se despontou com esta lei, mais que luzes reforçou uma série de dúvidas que já pairavam no olhar do filósofo que se aventura a ser professor de filosofia¹, principalmente no ensino médio.²

O fato é que desde alguns anos quando várias pessoas já reivindicavam a inclusão do ensino de filosofia no ensino médio, um dos argumentos levantados era o de preparar os jovens para um pensamento crítico e formá-los para a cidadania. E no atual debate, parece que também figura como lugar comum a justificativa de que o ensino de filosofia deve preparar os jovens para a vida ética e política. Será mesmo? A filosofia tem mesmo uma tarefa a ser realizada, uma finalidade social a ser alcançada?

Ser professor de filosofia tem implicado num grande dilema existencial, pois sendo professores de filosofia conseguimos conservar ou preservar a nossa sensibilidade filosófica? A “obrigação” de ensinar elementos de cidadania não tolhe a liberdade da razão que move a especulação filosófica?

O que tratar numa aula de filosofia? Debater sobre notícias, elementos da vida cotidiana? Como tratar isso com o rigor que é próprio da investigação filosófica? Enfim, o que nos conduz nesta pesquisa é a provocação de que mais que uma celebração, a obrigatoriedade do ensino de filosofia em todas as séries do ensino médio na realidade nos jogou diante de um grande dilema que muitas vezes não é objeto de nossas reflexões, como ser professor de filosofia ou como “ensinar” filosofia frente a uma situação estranha à dinâmica do filosofar?

¹ Ver o Livro GELAMO, Rodrigo Peloso. *O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade: O que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Nesta obra o autor elabora uma interessante reflexão sobre a posição do filósofo como professor de filosofia, seus desafios e dificuldades no ensinar a filosofar.

² Estas observações iniciais também se aplicam ao Ensino superior, tendo em vista a ocorrência do ensino de filosofia em diversos cursos de graduação.

O que se propõe a filosofia?

Para mergulhar na reflexão que nos move, nas provocações que estes fatos nos causam chamamos a atenção para as palavras de Heidegger referentes ao pensar sobre a filosofia; o que é a filosofia, o que é isso que nos ocupa como destino, ofício ou algo mais?

A questão de nosso encontro refere-se à essência da filosofia. Se esta questão brota realmente de uma indignância *e se não está fadada a continuar apenas um simulacro de questões para alimentar uma conversa*, então a filosofia deve ter-se tornado para nós problemática, enquanto filosofia. É isto exata? (HEIDEGGER, 2006, p.20) (grifo nosso)

Diante desta questão posta por Heidegger, é possível dizer que o fato de que a filosofia se tornou mesmo obrigatória em todas as séries do ensino médio nos obriga a pensar mesmo o que é a filosofia. Assim, o que é aquilo que ensinamos nas salas de aula e que nomeamos como filosofia? Será que ensinamos mesmo filosofia? Pois o risco que nos ronda de convertermos este ensino num simulacro de questões para alimentar uma conversa, como há pouco citamos no texto de Heidegger, é muito grande, pois o discurso filosófico parece ser tão inacessível às pessoas, que para conduzi-lo aos alunos muitas vezes nos vemos envolvidos por esse perigo. A indignância é mesmo uma palavra para este momento, afinal a possibilidade de simulacro, nos coloca como filósofos indigentes de filosofia.

Heidegger ao introduzir a reflexão sobre o que é a filosofia, ao refletir sobre o que a constitui, ou que se esconde por trás da indagação o que é isto a filosofia? Sugere que indagar pelo *isto* é uma genuína experiência grega, ou seja, perguntar pelo que seja a filosofia implica em voltar o olhar ou mergulhar em algo de uma longínqua tradição, bem como necessário é e será indagar o que é isto a filosofia em nosso tempo.

Aquilo que o “que” significa se designa o quid est, to quid: a quidditas, a quiddidade. Entretanto, a quidditas se determina diversamente nas diversas épocas da filosofia. Assim, por exemplo, a filosofia de Platão é uma interpretação característica daquilo que quer dizer o *tí*. Ele significa precisamente a idéia. O fato de nós quando perguntamos

pelo *ti*, pelo *quid*, nos referimos à “*idéia*”, não é absolutamente evidente. Aristóteles dá uma outra explicação do *ti* que Platão. Outra ainda dá Kant e também Hegel explica o *ti* de modo diferente. Sempre se deve determinar novamente aquilo que é questionado através do fio condutor que representa o *ti*, o *quid* o “*que*”. Em todo caso: quando referindo-nos à filosofia perguntamos: o que é isto?, levantamos uma questão originariamente grega.(HEIDEGGER,2006. p.19)

A reflexão de Heidegger induz a pensar que o ato da filosofia de voltar-se para si mesma implica em manter os olhos na tradição bem como pôr os pés no tempo onde estamos. Este parece ser o dilema enfrentado pela filosofia, ou pelos professores de filosofia quando do magistério no ensino médio. Pois um mero olhar para os dias de hoje sem se inserir no fluxo da tradição filosófica parece desnaturar a filosofia de si mesma, ou seja, muitas vezes parece que “ensinamos” algo que se aproxima pouco da filosofia que praticamos. Nestes termos ensinar filosofia no ensino médio não seria um risco para a própria filosofia, que se veria às voltas de se esquecer quem ela é? A pergunta pelo *que é isto a filosofia* é, portanto, para nós professores de filosofia, fundamental, tendo em vista a complexa tarefa de ensinar filosofia no contexto do ensino médio.

Ensinar filosofia: exercitar o pensar?

O desafio que se apresenta a nós é, no todo, uma reflexão marcada por uma série de complexidade, e é no pensamento arendtiano que iremos buscar elementos para um olhar este nosso “pensar”.

Hannah Arendt mesmo não sendo uma pensadora da educação, mas da política, ousou se aventurar pelos caminhos da educação num texto intitulado “crise na educação”, este ensaio é parte integrante da obra “Entre o passado e o futuro” (ARENDR,2003).

Na perspectiva da autora, quando seu olhar se volta para um pensar a política, a condição com a qual nos deparamos é do fio rompido da tradição. Isto não quer dizer que ignoramos a existência de uma tradição, mas pelo contrário o

que se quer é recuperar uma originalidade do pensamento que se obscureceu com a tradição.

Ao se referir a Heidegger como um pensador que deu, numa certa medida, o tom desta postura filosófica, a nossa autora assim sugere a impressão causada pelo modo heideggeriano de pensar “*num fio rompido da tradição*”:

A novidade que os atraía a Friburgo com o *Privatdzent*, e um pouco depois em Marburgo, dizia: há alguém que efetivamente atinge as coisas que Husserl proclamou; sabe que elas não são um assunto acadêmico, mas a preocupação do homem pensante e isso, de fato, não só desde ontem ou hoje, mas desde sempre; e, exatamente porque para ele o fio da tradição se rompeu, redescobre o passado. (ARENDDT, 2008.p.279).

Redescobrir o passado, vê-lo como algo novo, algo que no olhar do homem contemporâneo atinge o âmago do seu pensamento, dizer dos antigos o que ainda não foi dito. Eis a experiência deste exercício de pensamento;

O decisivo no método era que, por exemplo, não se falava *sobre* Platão e não se expunha sua doutrina das idéias, mas seguia-se e se sustentava um diálogo durante um semestre inteiro, até não ser mais uma doutrina milenar, mas apenas uma problemática altamente contemporânea. Hoje em dia, isso sem dúvida nos parece totalmente familiar: agora muitos procedem assim; antes de Heidegger, ninguém o fazia. *A novidade simplesmente dizia: o pensamento tornou a ser vivo.* (ARENDDT, 2008.p.279) (grifo nosso)

Esta constatação arendtiana nos coloca diante daquilo que nos inquieta no ensino de filosofia como fazer com que a atividade de filosofar alcance na sala de aula esta vivacidade de pensamento. Como fazer com que o ser professor de filosofia exerça esta atividade sem desnaturar aquilo que o moveu para a experiência filosófica, ou seja, a experiência viva do pensamento?

Às vezes a experiência que nos foi passada sobre o ensino socrático nos causa uma certa inveja, afinal o filósofo da praça tocava no anseio juvenil de pensar, de experimentar as possibilidades abertas pelo pensamento. Contudo, corriam ao magistério socrático quem assim o desejava, *os jovens não eram obrigados a debater*, a praticarem a filosofia com Sócrates.

Entretanto, aquela experiência de pensamento parece ter provocado conflito. E sem perder de vista o apoio filosófico de Hannah Arendt, segundo ela, a capacidade de pensar é um importante elemento para o exercício de nossa capacidade de julgar.

Para ilustrar esta afirmativa, cabe lembrar que Arendt, ao acompanhar o caso Eichmann, se deparou com uma questão que certamente pode tocar o nosso fazer filosófico enquanto professores, ou seja, ela se viu diante de uma situação de vazio de pensamento, onde se aprende, se prepara, se concede a erudição mais parece que não se pensa.

A questão que se impunha era: seria possível que a atividade do pensamento como tal – *o hábito de examinar o que quer que aconteça ou chame a atenção independentemente de resultado e conteúdo específico* (grifo nosso)– estivesse dentre as condições que levam os homens a se absterem de fazer o mal, ou mesmo que ela realmente os “condicione” contra ele? (ARENDR, 2002. p.6-7)

Diante deste exercício arendtiano nos colocamos frente à seguinte questão: então no nosso fazer como professores de filosofia encontra-se um exercício que é o de despertar para o pensar?

Parece contraditório mas, todos pensam, todos são dotados desta capacidade. Porém, esta constatação faz com que nos deparemos com a necessidade de entender a que pensamento a filosofia se refere. E é justamente neste ponto que muitas vezes nos perdemos como professores de filosofia. Pensamos filosoficamente ou pensamos considerando esta atividade a partir do lugar comum? Parece-nos que esta última opção nos persegue em nosso ofício, talvez seja este o risco de simulacro que nos advertia Heidegger no texto há pouco citado.

Fazer filosofia costuma ser um modo especializado de exercer o pensamento, ir às suas últimas conseqüência, e pelas diversas concepções contemporâneas parece que é algo que vai além da própria idéia de razão. E é nisso que se justifica pensar o que é *isto* a filosofia com o olhar do *filósofo* de hoje.

Então, como fazer esta experiência radical junto com os jovens, do ensino médio. Num mundo onde tudo parece pronto, onde tudo parece a estes jovens

que já foi pensado? O Google, traz, tal como o oráculo, as repostas às questões e às “supostas indagações” o pensamento parece já estar pronto. A política educacional cada vez mais se vê envolvida pela ideologia do resultado, do excesso de atividades.

O ensino desempenha aqui um papel de destaque: assegura e atualiza as competências e as qualificações dos trabalhadores, o que é essencial quando se deseja dispor de uma mão-de-obra capaz de adaptar-se às mudanças contínuas que resultam dos progressos da tecnologia. E esse papel deve ser dividido com a empresa, e será necessário engendrar novos vínculos ente o ensino formal, por um lado, e a formação e a aprendizagem na empresa, por outro, se a intenção é combater as novas formas de “analfabetismo funcional”, induzidas pela mudança tecnológica. (PAPADOPOULOS, 2005, p.22)

Assim, parece que paradoxalmente estamos como diria Bauman, num estado de liberdade onde esta liberdade é pouco percebida e exercida.³ E o parafraseando, parece que estamos diante de uma série de possibilidades provocativas para o pensamento, contudo temos ficado entorpecidos ao invés de movidos por estas possibilidades. E a título de condições da educação há um amplo espaço de provocação filosófica, mas como de fato exercê-lo?

Assim, esta “pesquisa” que ainda se encontra incipiente tem este motivo, qual seja, pensar como acessar os jovens em sua capacidade de pensar, tocar esta dimensão que pouco a pouco vai sendo entorpecida pelas políticas educacionais de cunho tecnicistas. O resultado passou a ser a meta a ser alcançada. O ócio que nos possibilita criar passou a ser rechaçado, enfim, a filosofia está num *não lugar*, e corremos o risco enquanto professores de perdermos a nossa identidade de “filósofos”, de amantes de uma sabedoria que almejamos.

Se o ensino de filosofia cair no lugar comum da torpeza de pensamento, da “banalidade” que nossas salas de aula nos convidam, e se conformar com a falsa responsabilidade que lhe atribuíram de formar pessoas éticas e politicamente

³ Ver. BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000. p.158-159. Neste trecho da obra Bauman tece uma interessantes análises sobre os atuais dilemas envolvendo a liberdade política.

corretas, estaremos negando o nosso “*que*” da filosofia e estaremos apenas reproduzindo um “vazio de pensamento”.

Nossa pretensão é perguntar: deve mesmo ser a filosofia uma disciplina obrigatória para todos os alunos? A filosofia é capaz de se massificar sem perder a sua identidade? E nós professores somos reprodutores de um saber pseudo-filosófico? Frente a essas indagações é possível ir além, o formato de disciplina é o mais adequado para a filosofia no currículo do ensino médio? É preciso ver o ensino de filosofia como um problema filosófico, ou seja, por-se a si mesmo como uma questão.

Estas são questões que devem mover esta nova situação, pois tocam o que somos: professores filósofos, ou filósofos professores?

Será possível mesmo celebrarmos na escola média as luzes do “*sapere aude*”?

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*-Introdução à filosofia. 3ªed. São Paulo: Moderna,2003.
- ARENDT, Hannah *et al.* *Quatro textos excêntricos*. Trad. Olga Pombo. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.
- _____. *A vida do espírito*. Trad. Antônio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará,2002.
- _____. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottimann. São Paulo: Companhia das Letras,2008.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo:Perspectiva,2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FREIRE, Paulo: *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GATTI, Bernadete Angelina (coord.); BARRETO, Elba Siqueira de. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: Unesco, 2009.
- GELAMO, Rodrigo Pelloso. *O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009
- HEIDEGGER, Martin. *Que é isto – a filosofia?* Trad. Ernildo Stein. Petrópolis: Vozes, 2006.
- KOHAN, Walter. (org.) *Ensino de filosofia: perspectivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAPADOPOULOS, George S. *Aprender para o Século XXI*. In: DELORS, Jacques (org.). *A educação para o século XXI* - questões e perspectivas. Trad. Fátima Murad. Porto alegre: Artmed, 2005.

Recebido em 03/11/2010
Aprovado em 26/04/2011